

Dietmar Osthus (Bona)

«Como fazem as outras nações cultas e polidas».

**O discurso normativo,
as normas linguísticas e as Luzes**

1. Introdução

O século das Luzes não é só a época em que novas ideias entraram na vida intelectual de Portugal e em que as ciências viveram transformações profundas, mas é também o século de intensas actividades normativas na área da língua portuguesa. Apesar de terem existido tentativas de normalizar e de codificar um «português padrão» nos séculos XVI e XVII o século das Luzes representa uma inovação considerável neste domínio. Pela primeira vez na história da língua portuguesa nasce a ideia duma cultura da língua institucionalizada — o que representa a transferência dum conceito conhecido noutros países europeus para Portugal. Não é por acaso que os mais iminentes protagonistas das «Luzes» pertenciam à categoria dos «estrangeirados».

Considerada no conjunto, essa afirmação parece-nos justificada. Todavia carece da precisão, porque esconde as diferenças internas entre as posições do grupo dos «ilustrados». Ao contrário de certas visões simplificadoras «as Luzes» não constituem nem uma ideologia homogénea, nem podemos realmente falar dum partido iluminado que antagonizou o partido oposto dos jesuítas reaccionários e retrógrados.¹ Ricken (2002: 54s.) mostra num estudo metaterminológico a diversidade dentro do campo semântico da ideologia das *Lumières* francesas ou da *Aufklärung* alemã.

A diversidade das posições normativas testemunha a grande variedade de opiniões, que é ao mesmo tempo o berço, tanto dum pensamento metalinguístico inovador, como dalguns conflitos atravessando até hoje os discursos normativos do Português. A época das *Luzes* é uma das épocas em que as estruturas sociais de Portugal aumentaram de complexidade. Conforme a afirmação de Corbeil (1983: 301) a demanda social duma *régulation linguistique* é mais forte em tais períodos históricos.

1 As dificuldades em categorizar os adeptos como os adversários das «Luzes» são tratadas na contribuição de Claudia Polzin-Haumann (no mesmo volume).

Numa primeira etapa vamos expor alguns aspectos da génese dum conceito normativo em Portugal. Baseamo-nos principalmente em textos relacionados com a polémica verneiana, em que questões meta-linguísticas tinham um papel inegável. Num segundo passo vamos analisar as posições relativas à língua portuguesa de três actores do discurso normativo dos anos 1746 a 1759 — os autores dos escritos normativos António Luis de Verney, Francisco José de Freire (Cândido Lusitano) e José Manuel de Paiva (Silverio Silveste Silveira da Silva) —, cujas obras se situam no período de terramotos geológicos e intelectuais em que a política pombalina acabou por transformar pelo menos o quadro institucional do sistema educativo.

2. A génese do conceito duma cultura da língua institucionalizada

Duas ideias estão no centro das preocupações normativas do século XVIII. O que chocou provavelmente mais os tradicionalistas foi o plano de introduzir nas escolas aulas de gramática portuguesa. Para Verney o ensino da gramática da língua materna serve para «falar como homens doutos» (1746: 26). Verney estabelece assim uma relação estreita entre o facto de as crianças falarem bem o Português e a aptidão de se integrarem na comunidade dos «homens doutos». Referindo-se implicitamente a modelos da *grammaire générale* Verney vê no ensino da gramática portuguesa uma propedêutica do Latim:

E, na verdade, o primeiro principio de todos os estudos deve ser a Gramatica da-propria língua. A razam por que nos-parece tam dificultozo o estudo da-Gramatica Latina (alem de outros motivos que em seu lugar direi) é porque nos-persuadimos que toda aquela machina de regras é particular da-lingua latina, e nam á quem nos-advirta quais sam as formas particulares dessa lingua, a que chamam Idiotismos, quais as comuas com as outras (1746: I, 8f.).

Hoje em dia, o conflito sobre o papel da língua materna no ensino considera-se como um dos pontos centrais da divergência entre jesuítas e oratorianos da época (Guedes 2000). Porém, as questões da língua — nomeadamente as da língua portuguesa — estão à margem da vasta polémica verneiana documentada por António Alberto Banha de Andrade. Só nas *Reflexoens apologéticas* de 1748 — um dos manifestos mais radicais contra as ideias do Barbadinho — se encontra uma crítica mordaz do ensino sistemático da gramática portuguesa:

E que diremos de julgar, que se devem introduzir no Reino escolas para os rapazes aprenderem a língua Portuegeza? Haverá esta moda em Fran-

ça? O homem tem bellas idéas; he boa moda, que os pays gastem dinheiro para que os seus filhos fallem. Nas escolas de ler, escrever, e Grammatica tanto fallaõ elles em Portuguez, que amonisaõ aos Mestres, e he necessario castigallos para que se callem. A nossa lingua não he morta, para que os naturaes necessitem de tal dilligencia. As razoes, com que prova a sua resolução, são taes como o methodo. Diz que as primeiras palavras, que ouvem as crianças, são das amas, e das mãys, que as costumão pronunciar mal [...] Demos porém, que quasi todas não sejam cultas na pronuncia, será necessario abrir escolas da lingua para as amas, e mãys, e logo uma ley, que nenhuma mulher possa cazar, nem criar, sem ter examinada, e approvada pelo Mestre da lingua, e o officio será de boa renda (*Reflexoens apoloéticas* 1748: 20f.).

Estreitamente ligado ao ensino da gramática portuguesa está a ideia da introdução duma norma orientadora para o Português. Embora já existissem alguns círculos mais ou menos eruditos — o Professor Thielemann falou dessas primeiras Academias da primeira metade do século XVIII — não havia em Portugal instituição comparável às Academias italiana, francesa ou espanhola com poder legislador. O Barbadinho defendia de maneira implícita essa ideia. Podemos compreender a famosa afirmação de Verney:

[...] digo que os Portuguezes devem pronunciar, como pronunciam os omens de melhor doutrina, da-Provincia de Estremadura; e, posto isto, devem escrever a sua lingua, da-mesma sorte que a-pronunciam (1746: I, 14),

como a transposição dum modelo europeu de uma norma diatópica dominante no âmbito nacional para Portugal. Para Verney não cabe dúvida de que o critério da formação intelectual — os «homens de melhor doutrina» — é essencial para determinar o bom uso da língua. Não fica bem claro que Verney tivesse tido uma ideia concreta duma Academia portuguesa da língua. Explicitamente ele mencionou o dicionário da Academia Francesa como exemplo duma possível orientação normativa na língua portuguesa. Na resposta à polémica das *Reflexoens apoloéticas* sublinha a diferença entre o povo ignorante e a gente culta.

Que forte de consequencia é esta vosa: *Em Fransa, Italia á diversidade de falar nas provincias. Logo nam uzam la estudar Gramatica*. Meu Padre, nam uza o povo ignorante, mas uza a gente culta. Eles tem Academias para os que querem falar bem, e muito particularmente em Italia: achase muita Gramatica para aprender: todos os cultos aprendem a falar e escrever bem, ou em caza, ou nas escolas; ou nas academias (Verney 1748: 30).

O projecto de aperfeiçoar a língua e o uso do Português confina-se ao âmbito das elites intelectuais do país. O uso popular da língua não está em causa. Nesse aspecto também, as ideias verneianas integram-se perfeitamente na esfera da ilustração europeia.

3. A concepção verneiana da norma linguística

O *Verdadeiro Método de Estudar* contém de facto algumas afirmações normativas a respeito da língua portuguesa. Os estudos recentes sobre o discurso metaortográfico (Kemmler 2001) já indicaram o desejo de estabelecer uma ortografia funcional que obedeça aos critérios racionalistas. Apesar dalgumas faltas de coerência a ortografia verneiana é concebida como ortografia fonética que intenta simplificar alguns dos problemas cruciais das *Cartilhas de ler e escrever* da época. Verney opõe-se p.ex. às consoantes dobradas:

Esta é uma singularidade da-língua portugueza, que só se acha nela, na italiana e na castelhana, aindaque esta tenha sua variedade: ponho de parte a latina, que é morta. Daqui fica claro, que devem desterrar-se da-língua portugueza, aquelas letras dobradas que de nada servem: os dois SS, dois LL, dois PP &c. Na pronuncia da-língua, nam se ouve coiza alguma que fasa dobrar as ditas consoantes. Que se escreva *Terra, Perra*, com dois rr, entendo eu a razam, e o ouvido me-aviza que a pronúncia é fortíssima no-r, pois, quando nam é forte, como em *Pera, Caracol*, escreve-se um só r. Mas em *Elle, Essa*, é coiza superflua; porque, ou tenha um, ou dois ss, sempre se-á-de pronunciar da-mesma sorte (1746: I, 14).

O ideal racionalista faz prevalecer o princípio da analogia não só na ortografia, mas também na derivação morfológica. A anomalia na formação dos nomes toponímicos é considerada como um dos pontos fracos do sistema linguístico:

Seria mui util que os omens doutos introduzisem uma terminasam certa em todos os patronimicos de Províncias &c., no que falta muito a língua portugueza. A um omem das-Proprietas chamam *Algarvio*, a outro *Alentejam*, a outro *Minhoto*, *Beiram* &c. [...] Mas o pior é quando pasamos aos patronimicos de Cidades; comumente nam se acham; mas dizem: *Um omem d'Evora*, *Um d'Elvas* &c. Neste cazo, parece lícito fazer nomes novos, e dizer *Evorense* ou *Eborense*, *Coimbreense*, *Portuense* etc. E o mesmo dos-outros antecedentes, os quais podem terminar-se em duas maneiras: v.g. *Algarviense* (ou, com outra dezinencia romana, *Algarviano*), *Alentejense* (*Alentejano*), *Beirense* (*Beirano*) &c. Nos-nomes de Proprietas Ultramarinas, deve-se observar o mesmo, v.g. *Brasiliense* etc., *Insolense*, *Indiano* etc. (1746: I, 41).

Igualmente Verney faz da analogia o princípio do aportuguesamento de nomes próprios latinos. Vemos nas ideias verneianas o primeiro exemplo duma concepção progressista da língua. À tese da corrupção opõe-se assim o conceito dum progresso linguístico dirigido pelas elites intelectuais.

O emendar e reformar a língua inclui também a integração de empréstimos.

As Artes Liberais, Ciencias &c., tratando-se em Portuguesez, devem ter os seus nomes Estrangeiros, mas aportuguezados (1746: I, 40).

Num contexto de transferência de conhecimentos para Portugal, com a aparecimento de novas ideias, a língua tem de se adaptar à nova situação. Todavia o enriquecimento da língua deve conformar-se aos paradigmas morfológicos e fonéticos do português.

Porém Verney faz uma diferença entre empréstimos úteis e empréstimos supérfluos; uma distinção que já no humanismo francês — temos o exemplo do Du Bellay — determinou o grau da aceitabilidade dum latinismo na língua vulgar:

Nam aprovo, porem, o que muitos fazem: servir-se sem tom nem som, de vozes estrangeiras, e palavras puramente Latinas, tendo outras Portuguezas tam boas, o que observo em muitos que prezumem de Criticos e Poetas (1746: I, 47).

Podemos dizer que Verney tinha o seu próprio projecto normativo para a língua portuguesa. Vê-se na tradição de Camões sem atribuir nem à época, nem à linguagem de Camões o valor de cume da língua portuguesa. A reforma da língua ainda não está acabada. «Emendar os erros de Camões» significa rejeitar uma visão conservadora que procura a autoridade na área da língua só em escritores dum passado glorificado.

4. Cândido Lusitano

Outro representante do discurso normativo da época foi Francisco José de Freire que sob o pseudónimo de Cândido Lusitano fez parte do movimento literário da *Arcádia*. As *Reflexões sobre a língua portuguesa* podem ser avaliadas como a obra mais completa de reflexão metalinguística portuguesa. As *Reflexões* só foram publicadas em 1842 longos anos após a morte do autor. Cândido Lusitano destaca-se pela sua erudição impressionante que faz dele um dos espíritos mais importantes da época. A doutrina normativa insere-se no neoclassi-

cismo, movimento literário e artístico, que se inspirou nos princípios estéticos do classicismo francês.

À diferença de Verney ele defende uma orientação normativa ao estilo dos autores clássicos, basicamente — com quase a única exceção do P. Vieira — do século XVI e da primeira metade do século XVII. Freire não nega nem o papel do uso como árbitro nos idiomas, nem o facto de as línguas se desenvolverem, mas faz uma escolha entre o uso ignorante e o bom uso. As autoridades literárias servem — se podemos assim dizê-lo — de filtro para separar o puro, o genuíno e o próprio de tudo o que não cumpre esses critérios. Traz assim uma linha de demarcação entre o «uso recebido pelos sábios» e o «uso ignorante»:

Não se pode negar que em pontos de propriedade, e pureza de linguagem é o uso um arbitro soberano nos idiomas vivos, porque sem elle se contaminaria o fallar puro e correcto com vozes já fastidiosas, e decrepitas. Mas que uso é este, ao qual se deve cegamente obedecer? Não é o que reina no vulgo ignorante, nem ainda o que favorecem os homens lettrados, pouco escrupulosos nas propriedades da sua lingua; é só o que floreceu, e florece entre aquelles, que mais se distinguiram na pureza do fallar proprio, genuino, e natural de sua nação (ed. 1842: I, 5).

Conforme as afirmações de Verney, Cândido Lusitano critica no P. Bluteau a falta de escolha qualitativa entre os autores de língua portuguesa.

O P. Bluteau, a quem muito seguimos nesta obra, não foi neste ponto escrupuloso, como devêra, em todos os termos que trás no seu Vocabulário, allegando a cada passo, já com AA. Classicos, já com outros da infima nota (ed. 1842: I, 21).

Vê-se que as *Reflexões sobre a língua portuguesa* podem ser consideradas como um trabalho preliminar a uma espécie de *Diccionario de Autoridades* português. Cândido Lusitano faz prova duma erudição enorme, cita nas *Reflexões* as obras metalinguísticas conhecidas nessa altura. Em geral ele está mesmo mais familiarizado com as tradições gramaticográfica e lexicográfica portuguesas que Verney, que p.ex. ignorava — como provou Hernâni Cidade — os elementos lusófonos na ortografia de Bento Pereira (1649). Nós não podemos determinar aqui se a crítica — algumas vezes muito severa — das obras de cunho jesuíta era também motivada pela concorrência entre Oratorianos e Jesuítas.

Além de problemas lexicais Freire trata nas *Reflexões* aspectos da morfologia, da sintaxe e de pragmática. Infelizmente ainda não existe

um estudo completo que abrace de maneira exaustiva o pensamento linguístico de Cândido Lusitano.

Quanto ao problema dos empréstimos Cândido Lusitano tem quase o mesmo juízo que Verney. Para ele as posições das Academias francesas, italianas e espanholas servem de orientação:

Este nosso juízo é fundado sobre o mesmo parecer que deram os Acadêmicos da Crusca para se introduzirem ou não no seu famoso vocabulário vozes estrangeiras. Foi seguida esta prodente resolução por Monsieur de Furetière, e pelos sabios das Reaes Academias Castelhana, e Franceza, quando emprenderam os seus Dicionarios (I, 64).

Um dos pontos mais relevantes que o distingue das ideias verneianas é o papel da decência na escolha de vocábulos. O conceito de palavras «baixas» ou «vulgares» e a ideia duma hierarquia estilística influenciavam o seu conceito normativo. Um exemplo disso é a discussão sobre o nome do pirilampo que tinha o apelido popular de caga-lume:

Cagalume: é cousa assentada que só no estilo jocoso poderá este termo ter uso. Os criticos dividem-se na escolha de novo nome: uns dizem á latina perilampo, outros á portugueza *bicho luzente* ou *noute-luz* &c. Veja-se a Bluteau nas prosas, referindo uma das sessões das conferencias eruditas, feitas em casa do conde da Ericeira (III, 83).

O mesmo debate que deu origem na Academia do 4º conde da Ericeira já foi mencionado — e além disso tornado ridículo — por Andreas von Jung, autor da primeira gramática portuguesa redigida em alemão.² Aachamos inumeráveis exemplos em que Cândido Lusitano estabelece uma hierarquia estilística entre diversas entidades lexicais.

-
- 2 «In den *Conferencias eruditas*, die in der Bibliothek des bekannten und wirklich gelehrten Grafen Ericeira gehalten wurden, nahm man eine Reform verschiedener portugiesischer Wörter vor, und bestimmte den Werth von anderen. Am ernsthaftesten beschäftigte man sich mit dem Insect, welches die Lateiner *Cicindela* und *Noctiluca* nennen, und welches auf Portugiesisch *cagalume* (Lichtscheißer) heißt. Man glaubte, daß dieser Name in ernsthaften Schriften nicht gebraucht werden könnte, und daß man ihm einen anderen geben mußte. Die Gräfinn Ericeira machte diesem Wurm, den sie *Pyrilampo* hieß, zu Ehren eine Romanze und ein Sonnet, verlangte aber, daß ihm eine andere Benennung beigelegt werden möchte. Andre stritten mit allen Kräften dawider, wandten ein, daß alle Sprachen Zweideutigkeiten hätten, die niemand abzuändern gedächte, als *Monarchie*, *Anarchie*, welche im Französischen eine häßliche Endung hätten, und dergleichen mehr. Endlich wurde in der dritten Conferenz den (sic) 26. Februar der Name *Pyrilampo* als affectirt verworfen, und dagegen *Nouteluz* und *Bicho luzente* beliebt, es auch einem jeden freigestellt, welchen von beiden er gebrauchen wollte. Und wem glaubt man, daß die beiden Folianten, worin sich

Nesse aspecto as duas posições distinguem-se, como prova o contraste entre as valorizações da palavra porco:

Porco e porca não entram no discurso polido. O Padre Vieira vendo-se precisado a fallar deste animal, usou de varias frases sempre decorosas ao estilo, em que fallava. Por conta da mesma decencia, que pede a linguagem elegante não quer a critica, que se diga *porco montes*, mas *javalí*, nem *porco* na significação de *sujo*, mas sim *immundo*, nem *porqueiro*, mas *guardador do gado immundo* &c. (III, 104).

Mas o que me-dá mais vontade de rir, é ver as cautelas que praticam para dizerem *Porco*. Uns dizem o *Gado mais asquerozo*: outros dizem *Carne suína*, e louvam muito isto em alguns antigos escritores. Tudo puerilidades. *Porco* nam é palavra obscena; dizem-na os Latinos; e os nosos Italianos diante do-Papa. Antes creio que *asquerozo* traz a memoria, nam só coiza *suja*, como o *porco*, mas coiza que volta o estômago. Estas delicadas orelhas pronunciam *sugidade*, *escremento*, *lesmas*, *ratos*, *percevejos*, *piolhos*, *pulgas*, e outras coizas imundissimas sem dificuldade; e acham-na grande em pronunciar, *Porco*. Que lhe parece a V. P. a esquipasam? (1746: I, 42).

5. Manuel José de Paiva

O documento talvez mais original das intenções normativas do século XVIII fornece-nos Manuel José de Paiva. Sob o pseudónimo de Silvestre Silveira da Silva publicou em 1759 as *Infermidades da Lingua, e arte que a ensina a emmudecer para melhorar*. De Paiva era jurista, que se retirou na sua quinta para as actividades literárias. Nos discursos metalinguísticos, destaca-se por uma contribuição pasa a polémica sobre o *Novo Método* da Gramática Latina de Antonio Pereira de Figueiredo em que ele rejeitava a primeira tentativa de ultrapassar no ensino do Latim a Gramática do S.J. Manuel Alvares. Em 1750 deu à estampa o *Antidoto gramatical balsamo preservativo da corrupção la lingua latina, ou curioso descobrimento dos principaes erros, barbaridades, e incoherencias do novo Methodo para aprender a dita Lingua* (Haßler: no mesmo volume).

Dentro do campo metafórico da doença Paiva vê as finalidades dum melhoramento da língua comparável às tarefas dum médico que faz visitas consecutivas a um doente. O mal da língua tem sobretudo uma dimensão moral.

diese tief sinnige und gravitatische Abhandlungen befinden, zugeeignet sind? Gott dem Vater, Gott dem Sohn, Gott dem heiligen Geist, jedem in einem besonderen Absatze» (1778: 11).

Ao contrário de Verney e de Cândido Lusitano Paiva não considera o estado intelectual em que Portugal se acha como deficitário.

Neste conceito se intrepoem ao Reyno de Portugal por merecedor de exequiarse em hum obrigado elogio que se derija a fazer memoravel a candidês do animo de quem o governa, taõ amante da justiça, taõ desvelado na benignidade, taõ sincero no amor, e taõ estudioso do bem publico quanto testemunhaõ as repetidas providencias com que está protegendo aos seus vassallos, já reformando-lhes os perniciosos abuzos, já instituindolhes saudaveis direcçoens, já suprimindo-lhes inoportunos ministerios, já erigindolhes convenientes vigilancias, já empregandose, com disgosto, em observar o castigo nos culpados, já com regozijo, em dezinhar os premios aos benemeritos (1759: 40f.).

Esse louvor da situação portuguesa sob o regime do Marquês de Pombal pode ser visto como um sintoma duma espécie de narcisismo cultural. Também seria imaginável ver nestas afirmações — por medo de repressões — uma reacção à atmosfera de terror institucional da ditadura pombalina.

A análise do texto revela-se difficil. O autor nunca dá referências explícitas a outros autores ou a outras concepções normativas. As diversas visitas do médico compreendem muito mais preceitos moralizantes que alusões concretas à língua portuguesa. O que é óbvio, é o facto de Manuel José de Paiva atacar uma posição demasiadamente racionalista, anti-barroca. Para ele as figuras de estilo e as «flores» do discurso criticadas na época fazem parte das belezas estilísticas da língua:

Negaõ toda a qualidade de equívocos , flores, que algum dia introduzirão os doutos no ramallete da eloquencia [...] Dizem que a locução hade ser pura, que as frases são escusadas, que o estylo altiloco he impertinente, que as digiessoens não fazem ao caso; e o peyor he, que para modelos das composisoens, apresentão huns papeis tão insipidos, que por se lhes buscar algum gosto, se tem levado a muitas tendas para se embrulharem adubos (1759: 81).

Deixem guarnecer os pratos que não perdem por guarnecidos, antes a variedade excita mais o apetite de se comerem: o porque sabem que, para se continuar a vida, basta que se coma o pão que Deos creou para o sustento dos homens, e se beba a agua que, por coadjutora, nesta dependencia concorre, jejuem toda a vida a pão, e agua, porque isto lhes basta para apassarem, e tanto se applicão a evitar o superfluo; e depois que acharem gosto neste estylo de viver, criticarão a variedade dos modos de fallar (1759: 83f.).

O tratado tem o seu valor para estudos dos discursos normativos por uma lista de 50 páginas, que contém em ordem mais ou menos alfabética todas as palavras e expressões «proibidas» por não cumpri-

rem o critério da decência moral. Essa lista «anti barbari» dirige-se a um público instruído e urbano, como demonstra a citação seguinte:

Até deixo em seu vigor as ridiculas expressões do campo, como desculpadas com a ocupação da cultura das terras em faltarem á cultura da lingua: nem culpo as que andão particularmente usurpadas nas Provincias, nas povoaçoens, nos bairros, e nos dstrictos, porque não he o mal dellas tão geral, e tão escandaloso como o das que servem de injuria á ingua-gem, e de infâmia á política (1759: 104).

A cultura da língua insere-se então numa distanciação das elites em relação ao povo — geralmente concebido como ignorante.

Outras preocupações normativas querem evitar expressões blasfematórias:

asneira que fez o senhor Bispo (107), bispeyo (109), bem está S. Pedro em Roma se elle tem que coma (111), benza-te Deos meu jorze (111), com que se Deos nos quer ajudar (113), como Deos cos Anjos (ibid.), chovia se Deos dava agoa (114), a Deos luzes que se apagão as candêas (108), cú de Judas (111).

Além das blasfêmias, acham-se na lista muitas cacofonias, injúrias, expressões vulgares, etc. O compêndio de Manuel José de Paiva é de facto uma fonte extraordinária da variação linguística que até hoje está por explorar.

6. Conclusão

Observamos sobretudo na segunda metade do século XVIII uma força impressionante de actividades normativas no âmbito da língua portuguesa. Os protagonistas da normalização do Português inserem-se em duas tradições distintas. Por um lado encontramos uma visão marcada pelas discussões dos pequenos círculos eruditos da primeira metade do século. As questões da decência das expressões têm um papel importante nesta perspectiva. O culto da retórica do P. Vieira representa também uma orientação normativa para esse grupo de eruditos nacionais, não estrangeirados. Por outro lado observamos influências importantes vindas do estrangeiro, seja de Portugueses «estrangeirados» — como p. ex. do autor do *Verdadeiro Método de Estudar* — seja da recepção intelectual dos teoremas metalinguísticos franceses. O exemplo do trabalho prático das Academias na Itália ou na França contribui para promover o ideal duma normalização institucionalizada do Português. A fundação da *Academia das Ciências* é efectivamente a transferência dum modelo estrangeiro para Portugal apesar do facto de

a Academia portuguesa nunca ter tido a mesma importância que as instituições comparáveis na França, Itália ou na Espanha.

As concepções normativas fazem parte das «Luzes» compreendidas como a transferência de conhecimentos ou de ideias partindo do centro europeu para a periferia. Porém, dentro desse período assim caracterizado cabem diferenças enormes no interior do grupo dos ilustrados. Constatamos por exemplo um contraste entre posições racionalistas e tradicionalistas. A visão verneinana da norma linguística pode caracterizar-se como ideal racionalista da língua, enquanto a orientação dos neoclássicos é restauradora. Não obstante, o discurso normativo do século XVIII é sempre um discurso elitista. As variedades populares da linguagem ou as expressões próprias das camadas baixas do povo são menosprezadas pelo conjunto dos autores, sejam eles modernistas ou tradicionalistas. Verney, Freire (Cândido Lusitano), bem como Manuel José de Paiva trazem uma linha de demarcação entre o uso dos doutos e o do povo inculto. Isso explica-se pelo facto de os discursos normativos serem limitados nessa altura aos sectores minoritários alfabetizados da população. Ao contrário do que iria suceder no século XIX com os artigos dum Cândido de Figueiredo ou dum José Leite de Vasconcelos mais «populares» e veiculados pela imprensa nacional, no século das Luzes as tentativas de normalizar a língua não preocuparam um público «burguês».

Muitos pormenores da génese do discurso normativo estão ainda por estudar. Fica por esclarecer a relação entre as diversas maneiras de conceptualizar a história da língua portuguesa e as valorizações dos usos concretos. O estudo de Schunck (2003) que distingue diferentes modelos de periodizar a história da língua no pensamento metalinguístico francês podia fornecer alguns indícios metodológicos para examinar esse complexo muito relevante no âmbito da língua portuguesa. De qualquer forma, não existe no século XVIII um pensamento único sobre a norma da língua, mas assistimos a uma multidão de visões cujo ponto comum é o desejo de modificar as maneiras de falar e de escrever. Além dessa ambição partilhada nos textos analisados prevalecem as divergências ideológicas. A história do nascimento da concepção «moderna» duma norma linguística do Português ainda está por escrever.

Bibliografia

- Andrade, António Alberto de (1949): *Bibliografia da Polémica Verneiana* (Livros Portugueses e Espanhóis), Separata da Revista Brotéria, Vol. XLIX, Fasc. 2-3, Lisboa.
- Andrade, António Alberto de (1966): *Vernei e a cultura do seu tempo*, Coimbra: Universidade.
- Bédard, Edith / Maurais, Jacques (eds.) (1983): *La norme linguistique*, Québec: Conseil de la langue française.
- Berrendonner, Alain (1982): *L'éternel grammairien. Étude du discours normatif*, Berne: Lang.
- Bourdieu, Pierre (1982): *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*, Paris: Fayard.
- Caetano, Joseph (1751): *Contestação da calumniosa acusação Com que o Autor do Verdadeiro Methodo de Estudar accusa, entre outras cousas, a Nação Portuguesa de pronunciar menos bem diversos vocabulos Latinos*, Lisboa.
- Cardoso, Luís Miguel Oliveira de Barros (1998): «Luís António Verney e o Verdadeiro Método de Estudar: um pensamento inovador entre Portugal e a Europa», em: *Millenium — Revista do Instituto Superior Politécnico de Viseu* 11 <<http://www.ipv.pt/millenium/miguel11.htm>> (15.02 2006).
- Carta apologetica de hum amigo a outro, Em que lhe dá conta do que lhe pareceo o primeiro Tomo do Verdadeiro Methodo de estudar, e em que defende alguns Autores nelle criticados (1752), Lisboa.
- Carvalho, Rómulo de (³2001): *História do ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cidade, Hernáni (⁷1984): *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas, II, Da reacção contra o formalismo seiscentista ao advento do romantismo*, Coimbra: Coimbra ed.
- Corbeil, Jean-Claude (1983): «Éléments d'une théorie de la régulation linguistique», em: Bédard / Maurais (eds.), pp. 281-303.
- Cunha, Francisco Pinheiro Freire da (1804): *Memórias da Academia Orthográfica Portuguesa de Pinheiro*, Lisboa: Off. de Antonio Rodrigues Galhardo.
- Freire, Francisco José (1842/1751): [Cândido Lusitano]. *Reflexões sobre a Lingua Portuguesa* (3 vols.), Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.
- Gonçalves, Maria Filomena (2001): «Aspectos da história e da historiografia da língua portuguesa na época pombalina», em: Thielemann (ed.), pp. 11-32.
- Guedes, Paulo António Messias Pereira (2000): *Luís Antonio Verney: Propostas linguístico-didáticas para o estudo da língua portuguesa*, Vila Real: Universidade.
- Jung, Andreas von (1778): *Portugiesische Grammatik, nebst einigen Nachrichten von der portugiesischen Literatur und von den Büchern, die über Portugal geschrieben sind*, Frankfurt/Oder: Carl Gottlieb Strauß.
- Kemmler, Rolf (2001): «Para uma história da ortografia portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911», em: *Lusorama* 47, Frankfurt/Main: TFM, pp. 128-319.

- Klein, Franz-Josef (1995): «Nebrija gab nur das Stichwort — Lesarten des Prinzips der «lengua compañera del imperio» im Siglo de Oro», em: *Romanische Forschungen* 107, Frankfurt/Main: Vittorio Klostermann, pp. 285-312.
- Krauss, Werner (1973): *Die Aufklärung in Spanien, Portugal und Lateinamerika*, München.
- Maia, Clarinda de Azevedo (2001): «O tratamento das variedades do português nos gramáticos e ortografistas de Setecentos: especial referência a Monte Carmelo», em: Thielemann (ed.): *Século XVIII: Século das Luzes — Século de Pombal*, Frankfurt/Main: TFM, pp. 33-50.
- Maxwell, Kenneth (1995): *Pombal — Paradox of the Enlightenment*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Monteiro, Miguel Corrêa (2002): «A companhia de Jesus face ao espírito moderno», em: *Millenium — Revista do Instituto Superior Politécnico de Viseu* 26 <http://www.ipv.pt/millenium/Millenium26/26_26.htm> (15.02. 2006).
- Osthus, Dietmar (2003): «Sprachgeschichte, Kulturgeschichte und Sozialgeschichte. Herausforderungen an ein komplexes Dreiecksverhältnis am Beispiel von Francisco Rodrigues Lobos *Corte na Aldeia*», em: Gil, Alberto / Schmitt, Christian (eds.): *Aufgaben und Perspektiven der Romanisches Sprachgeschichte. Akten der gleichnamigen Sektion des XXVII. Deutschen Romanistentages München (7.-10. Oktober 2001)*, Bonn: Romanistischer Verlag, pp. 245-268.
- Pires, Maria Lucília Gonçalves (2001): «Verney e a língua portuguesa», em: Mateus, Maria Helena Mira (eds.): *Caminhos do Português: exposição comemorativa do ano europeu das línguas: catálogo*, Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Reflexoens apologeticas á obra intitulado Verdadeiro Methodo de estudar dirigida a persuadir hum novo methodo para em Portugal se ensinarem, e aprenderem as sciencias, e refutar o que neste Reino se pratica* (1748), Lisboa.
- Ricken, Ulrich (1990): *Sprachtheorie und Weltanschauung in der europäischen Aufklärung*, Berlin: Akademie-Verlag.
- Ricken, Ulrich (2002): «Zum Verhältnis vergleichender Begriffsgeschichte und vergleichender Lexikologie», em: Bödeker, Hans Erich (ed.): *Begriffsgeschichte, Diskursgeschichte, Metapherngeschichte*, Göttingen: Wallstein, pp. 29-48.
- Schäfer-Prieß, Barbara (2000): *Die Portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822 — Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*, Tübingen: Niemeyer.
- Schunck, Mariella (2003): *Der Sprachwandel im metalinguistischen Diskurs Italiens und Frankreichs von der Renaissance zur Aufklärung*, Bern: Peter Lang.
- Thielemann, Werner (1999): ««O Português no Século das Luzes»: Normvorstellungen und Sprachstand anhand des *Compêndio de Orthografia* (1767) von Frei Luiz do Monte Carmelo», em: Endruschat / Schönberger (eds.): *Neue Beiträge zur portugiesischen Sprachwissenschaft*, Frankfurt/Main: TFM, pp. 69-104.
- Thielemann, Werner (2001): «Língua culta — Palavras antiquadas — Plebeísmos. A linguagem e a sociedade portuguesa na época do Marquês de Pombal», em: Thielemann (ed.), pp. 51-97.
- Thielemann, Werner (ed. 2001): *Século XVIII: Século das Luzes — Século de Pombal*, Frankfurt/Main: TFM.

- Verdelho, Evelina (1981): «Lexicografia Sinonímica Portuguesa: o *Vocabulário de Synonimos e Phrases* de Rafael Bluteau e o *Ensaio sobre Alguns Synonymos* do Cardeal Saraiva», em: *Biblos* 57, Coimbra: Revista da Faculdade de Letras, pp. 171-221.
- Verney, Luís António (1746): *Verdadeiro metodo de estudar para ser util à República e à Igreja proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal exposto em varias cartas*, 5 vols., Valença: Antonio Balle.
- Verney, Luis António (1748): *Resposta as reflexoens Que o R.P.M. Fr. Arsenio da Piedade Capucho fez as Livro intitulado: Verdadeiro metodo de estudar. Escrita por outro Religioso da dita Provincia para dezagravo da mesma Religiam, e da Nasam*, Valença: Antonio Balle.
- Verney, Luis António (prov.): *Carta De um Filologo de Espanha a outro de Lisboa à cerca de certos Elogios Lapidares*, Madrid, 10.9. 1749.